

O PAPEL DA IGREJA E A POLÍTICA DE COLONIZAÇÃO NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DA MICRORREGIÃO DE NOVA ANDRADINA-MS: (1954-1980) ¹.

*SANTOS, Claudinei Araújo dos*²
*ALMEIDA, Rafael Bartimann de*³
*HONIG, Alexandre Gonçalves*⁴
*ARAÚJO, Maria Ivone Defaveri do Carmo*⁵

1. Introdução

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo analisar a Formação Social e Territorial dos Municípios que compõem a microrregião de Nova Andradina-MS, considerando a atuação da Igreja Católica neste processo. Nosso recorte territorial é formado pelos municípios de Anaurilândia, Angélica, Bataiporã, Ivinhema, Taquarussu, Nova Andradina e Novo Horizonte do Sul (Figura 1). Nosso recorte temporal pré-estabelecido 1954-1980, visa abarcar um período histórico entre a fundação da Paróquia de Bataguassu-MS no ano de 1954, até início da década de 1980, com a implantação dos municípios e também das paróquias na região mencionada. É importante destacar que o grupo social que participou do processo de ocupação da região em tela é caracterizada pela heterogeneidade cultural, deriva da intensa migração de pessoas de diversas partes do Brasil e de paraguaios que trabalharam no desmatamento e ocupação da região (SANTOS, 2010; PONCIANO, 2006).

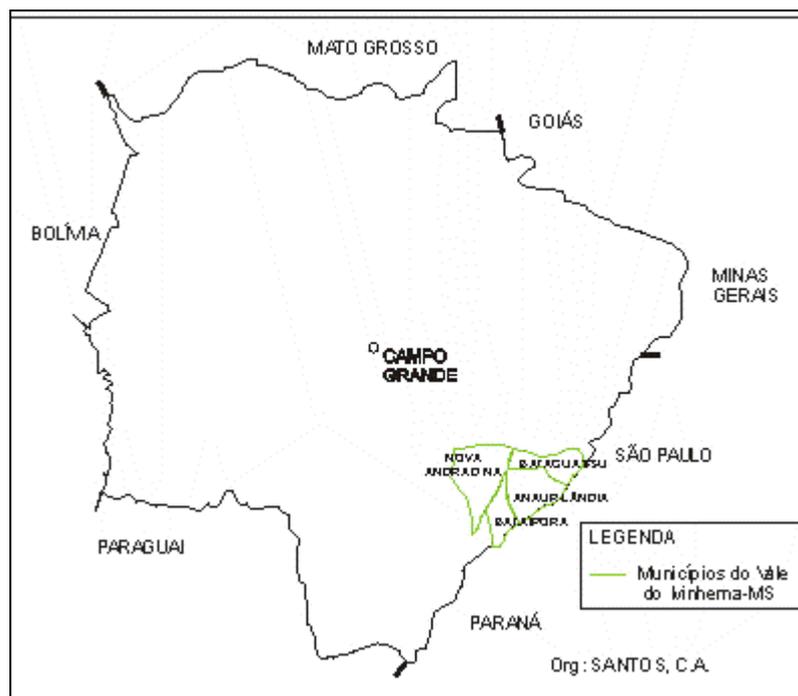
¹ Este texto deriva do desenvolvimento de pesquisa para Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em Junho de 2010 na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Nova Andradina-MS. No entanto, é continuidade desta pesquisa, mediante o Projeto de Mestrado que estamos desenvolvendo no curso de Pós-Graduação – Nível de Mestrado do Curso de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Campus de Três Lagoas.

² Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Três Lagoas. Licenciado em História pela UFMS – Campus de Nova Andradina-MS. E-mail: nei-aran@hotmai.com e/ou neiarasan@ibest.com.br

³ Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Três Lagoas. Licenciado em Geografia pela UFMS – Campus de Nova Andradina-MS. E-mail: rafael_barthimann@hotmail.com

⁴ Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Três Lagoas. Bacharel em Relações Internacionais – Centro Universitário Moura Lacerda de Ribeirão Preto-SP. E-mail: alexandregoncalves@gmail.com

⁵ Graduanda em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Nova Andradina-MS. E-mail: ivonedefaveri!@hotmai.com



A ocupação da microrregião é resultado de um período de expansão do processo de colonização desejado por Getúlio Dorneles Vargas, em sua primeira gestão sobre o Estado brasileiro (1930-1945), em que o presidente proclamava a chamada “Marcha para o Oeste”. No artigo de Ana Paula Menezes (2011), “Marcha para Oeste e o antigo sul de Mato Grosso: a exploração da madeira na Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND (1950-1970)”, é possível notabilizar o interesse do Estado brasileiro em colonizar um Território ainda pouco povoado. Para Menezes (MENEZES, 2011, p. 1):

Neste momento, a conjuntura nacional sócio-econômica brasileira, caracterizava-se pelo avanço da industrialização que se concentrava no Sudeste brasileiro, mais precisamente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Sendo assim este contexto, de crescimento acelerado dos grandes centros, contrastava com o “vazio demográfico” e o relativo isolamento econômico de outras regiões do país.

Neste sentido, é preciso notabilizar a necessidade política e econômica de expansão demográfica pelo território brasileiro, objetivando ocupação e produção para o Estado Nacional. É possível afirmar também que migrantes brasileiros procurando sanar “as necessidades de trabalho e as possibilidades de uma nova vida”, afugentando-os dos grandes centros (Menezes, 2011). Neste contexto, compreender como a Igreja Católica apresenta-se no processo de formação dos municípios da região será elemento de nossa análise, procuramos entender o papel exercido pela igreja no processo de colonização dos municípios que compõem a microrregião de Nova Andradina. Não obstante, teremos de entender os motivos pelos qual o Governo e o Estado brasileiro aceitavam e estimulavam o processo de

colonização com participação da Igreja. Nesta perspectiva, destacamos algumas questões: qual o interesse de haver a “Marcha para o Oeste”? Em que se ampara à junção Igreja e Estado brasileiro? Mesmo sabendo que o Estado é Laico?

Desta forma, entendemos como é importante realizarmos uma análise teórica do papel da Igreja Católica e pontuarmos os elementos marcantes bem como a sua inserção social e cultural. Destacamos que a igreja participou de diferentes momentos da formação do território da história do Brasil e obviamente como uma instituição que tem interesse, usou sua posição política e social com o Estado na formação da sociedade brasileira. Para Amaral (AMARAL, 2006 p. 26-36):

...o clero local aproveitou-se de sua situação favorável, dos investimentos governamentais e do grande afluxo de pessoas, ocorrido entre as décadas de 1950 e 1960, para formar uma massa católica, num complexo jogo de relações que envolveu as elites locais, os comerciantes e os camponeses que se assentavam [...] a preocupação em ocupar os espaços vazios passou a fazer parte do discurso, tanto do governo Vargas, quanto da Igreja Católica, total defensora da ordem instituída. Para o primeiro, a questão justificava-se inclusive pela demarcação segura das fronteiras brasileiras e, para a segunda, envolvia a inquietação pela afirmação da tradição católica em regiões de fortes contrastes culturais.

Atentar para a importância do Catolicismo na formação do Estado e do território brasileiro é chamar a atenção para um contexto presente desde o Brasil Colônia. Ainda é possível tratar conforme Oliveira (2006), a presença desta religiosidade tão fervorosa desde o nascer do novo país, ainda na colonização. Para o autor (OLIVEIRA, 2006, p. 1):

Um ambiente profundamente católico marcou a história da colonização brasileira. As marcas começaram a partir do primeiro nome da qual foi batizada a nova possessão lusitana (Terra de Santa Cruz), no ato de mandar a primeira missa de ação de Graças, nos nomes das primeiras vilas e sesmarias aqui fundadas (São Vicente e Santos), e até mesmo na forma tradicional de ocupação do espaço nas cidades brasileiras, que geralmente cresceram tendo como centro a praça onde a igreja se destacava.

As idéias presentes na citação de Oliveira (2006), podem de fato ser percebida nas diversas cidades brasileiras formadas desde o Brasil Colônia, sendo quase uma obrigatoriedade a presença da Igreja Católica. Neste sentido a interferência religiosa passou a ser percebida no cotidiano do povo brasileiro, este enraizamento fez com que povos permitissem a presença de homens em nome de Deus, não apenas ordenando, mas ao lado dos colonizadores encaminhando pessoas a respeitarem o colonialismo, revestido de divindade. Nas palavras de Oliveira (OLIVEIRA, 2006, p. 22): “com o poder de estabelecer a fronteira

entre o certo e o errado, o bem e o mal, o sagrado e o profano, o catolicismo tornou-se um divisor de águas na mentalidade dos brasileiros”.

As afirmações de Oliveira (2006) nos estimulam a entender a presença do catolicismo na microrregião de Nova Andradina-MS. Os colonizadores e o clero num mesmo desejo: colonizar, catequizar, controlar pessoas e territórios. Entretanto, vale salientar que o apoio de Vargas quanto à ocupação territorial da região em tela por meio da Marcha Para Oeste, pode ter sido aderido por quem desejava buscar novas fontes de extração e de ocupação, contudo a população local nem sempre observava com bons olhos o novo, até mesmo por que esses poderiam ser notados como intrusos e expropriadores de terras. No texto de Silveira (SILVEIRA, 2012, p. 18), é possível compreender esta colocação especialmente, quando o autor descreve, “A tarefa colonizadora e desenvolvimentista colocada pelo Estado Novo na ocupação dos chamados espaços vazios, encontra resistência, porquanto o território não se encontrava de todo vazio”. Não obstante, sustenta Lenharo (LENHARO, 1986, p. 60):

Outras dificuldades interpunham-se no caminho colonizador do Estado Novo, mesmo no Oeste, região dos “espaços vazios” a serem preenchidos com a nova proposta colonizadora. Na verdade os espaços vazios não se encontravam tão vazios assim: as usinas de açúcar, às margens do rio Cuiabá; a imensa extensão de terras ocupadas com a exploração do mate principalmente pela Cia Mate Laranjeira⁶; as fazendas de gado no pantanal matogrossense; Cidades e propriedades surgidas à beira da estrada-de-ferro Noroeste do Brasil; amplas regiões de garimpo do ouro e diamantes; outras de exploração da borracha ou de drogas do sertão, - vem atestar, no caso do Estado de Mato Grosso, um quadro de colonização complexo, mapeado de grandes propriedades particulares e estatais, boa parte delas de origem estrangeira. Isso para não se falar de povos de formação social inteiramente diferentes, habitantes da região – os indígenas que acarretavam pelo menos dois sérios dilemas para a política colonizadora: como ficariam suas terras e como eles participariam da empreitada da colonização através de seu trabalho?

Nesta percepção, podemos notar que a ocupação norteada pelo Estado, enfrentaria não apenas o ambiente natural, mas também uma relação de poder, situação que merece uma discussão mais profunda, haja vista que propor esse modelo de política o Estado tentava integrar o seu poder, “abrindo espaço para a articulação de medidas necessárias na construção e no tratamento das questões de uso e domínio da terra” (Silveira, 2012, p. 19). Desse modo, podemos dizer que a “Marcha para o Oeste”, foi contribuinte nos projetos de colonização e

⁶ A Questão Matte envolveu os grupos políticos organizados no Estado de Mato Grosso em torno de uma nova proposta de arrendamento dos ervais, na qual a Companhia sobrelevava seu poder político sobre a região. A oposição política à Companhia passou então a advogar a fragmentação da região dos ervais em pequenas propriedades e o fim dos arrendamentos. Ver Guillen (1991).

relativamente atentou as relações políticas e sociais de poder. O Estado tentando se consagrar e os envolvidos procurando meios de não ter perdas ou aumentarem suas relações de poder. Lenharo (1986) retrata que a “Marcha para o Oeste”, não é apenas uma propaganda publicitária do Estado e nem somente uma intenção de ocupar os espaços “vazios demográficos”, no teor discursivo era esta a intencionalidade, contudo havia o princípio de conter tanto o poder oligárquico dos grandes proprietários, quanto à luta pela terra no interior do Brasil. Um exemplo dessa luta e controle de poder é observado em Guillen (1999), quando a autora percebe a “Colônia Agrícola Federal de Dourados como uma estratégia de controle político do poder da Companhia” Larangeira. Não é para a autora uma situação que tenha tido uma visão de cunho social, pois o pensado é que as terras envolvidas na “Marcha Para o Oeste”, localizava-se em uma região de vazios demográficos. Por isso o motivo de tratarmos o assunto para uma discussão mais profunda em torno do poder local e do poder nacional, haja vista que era intuito do Estado enquanto Vargas a frente do poder, dar poder de posse ao território nacional e a grosso modo, garantir também a perda de poder das oligarquias regionais envolvidas no processo de apropriação do território. Para Guillen (GUILLEN, 1999, p. 17):

Fundada em 1946, a Colônia Agrícola efetivamente nasceu da luta pela terra, contra os arrendamentos da Matte Larangeira. Canalizando antigas aspirações de fracionar os ervais em pequenas propriedades e impulsionar o desenvolvimento da região pelo adensamento populacional, a criação da Colônia pode ser entendida como o resultado de uma política governamental para controlar o poder da Matte Larangeira e dirimir o conflito pela terra, acirrado desde os anos 30.

Em coerência com a autora este assunto não foi de grande discussão na concepção histórica e política do Brasil, mas é válido lembrar que a ideia de apresentar Mato Grosso como um lugar a ser ocupado, fez apagar da memória “uma luta travada pelos posseiros” de pelo menos meio século de História.

Por tratarmos de um período recente, como é o caso deste trabalho é necessário estudar a questão da memória. Esta memória, que ainda se faz presente na fala e na vida de pessoas contemporâneas ao período de colonização dos municípios da microrregião de Nova Andradina-MS e/ou de familiares. Baseando nossas idéias no trabalho de Halbwachs (2004), observamos que “a memória deve ser analisada como um fenômeno social, construído coletivamente”. A base para a interpretação analítica e compreensão dos fatos é que a mesma questão seja feita a diversas pessoas que participaram na colonização dos municípios da microrregião de Nova Andradina-MS, no ensejo de captação dos interesses religiosos e dos que mais se aproximavam da igreja.

Ainda sobre a percepção de Halbwachs (2004), e válido fazer uso da apreciação de lugar social, pois a pessoa produtora de um discurso parte de um ambiente social, logo sua fala está impregnada de valores próprios deste lugar. É por meio do coletivo que entenderemos a unidade religiosa. Para a mesma questão é provável que encontremos diversas respostas, é este o motivo pelo qual as memórias devem ser observadas em diversas dimensões, haja vista que as condições sociais em que estarão os entrevistados farão com que cada um veja a mesma situação com sentimentos e olhares diferentes. Numa perspectiva mais abundante, ao analisarmos um discurso é possível percebermos acurados códigos de ideias.

Baseando-nos, em documentos escritos e na narrativa de pessoas entrevistadas é possível entender o processo de instalação oficial das empresas colonizadoras e suas relações com a instituição religiosa, dimensionando sua importância para a formação de diversos municípios na microrregião de Nova Andradina-MS, considerando-se o papel que desempenhavam os religiosos na sociedade daquele período. Ponciano (2006) relata a importância que a instituição e a pessoa religiosa exerciam em uma sociedade em formação. Neste sentido, comenta Ponciano (PONCIANO, 2006, p.7): “...a atuação dos padres no cotidiano das cidades em formação, que agiam como mentores espirituais, conselheiros e líderes políticos i.e., como pastores que procuravam conduzir seu rebanho sob as luzes da Santa Sé”. Assim as análises iniciais dos documentos e informações dos Livros Tombo das Paróquias regionais, fontes orais, fotografias, devem deixar evidências da aproximação entre igreja e colonos, procurando mostrar que os interesses de ambos se assemelhavam, visando à permanência na localidade em formação e querendo a abertura de novo horizonte, o que acaba por construir um programa de ações da Igreja que determina as perspectivas para o grupo social em um novo lugar a ser construído.

Assim, de maneira geral acredita-se que analisar o papel da Igreja Católica é um passo importante para se pensar a formação Territorial e Social dos municípios da microrregião de Nova Andradina-MS. Neste contexto, a ordem tão prezada pelo colonizador visava o apaziguamento para que não houvesse a perda de homens, por brigas, que os levassem a morte ou que os fizesse procurar o retorno para suas origens. A violência aqui ganhava as raias da eliminação física, já que boa parte dos homens trabalhava armado. Desta maneira Mainwarring (2004), em seu texto “Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)”, esclarece que a hierarquia religiosa era determinante ao conduzir a sociedade. Comenta Scott Mainwarring (MAIWARRING, 2004, p.51):

O processo de aprendizado era tão hierárquico quanto às estruturas da Igreja: o padre concedia o seu saber ao rebanho. O paternalismo estava explícito na linguagem religiosa do período. Os padres assumiam o papel de pastores que iriam guiar o rebanho.

O panorama apresentado por Mainwarring (2004) assemelha-se ao da formação dos municípios na microrregião de Nova Andradina-MS, ainda mais se pensarmos que o migrante que avançava para o Centro-Oeste do Brasil impulsionado pela Marcha Para Oeste é antes de tudo um ser com esperança em melhorar suas condições materiais. Não obstante, a mística religiosa também servia como elemento de controle social, amenizando os conflitos, contribuindo, a nosso ver, para diminuição da violência e possibilitando um maior controle social por parte dos colonizadores. É a partir destas pistas iniciais que realizaremos nosso trabalho.

Ao analisarmos o caminhar religioso e a aproximação da instituição Igreja Católica com a sociedade, enfatizando a figura do padre como condutor que se fazia presente no cotidiano social, assim como a idealização do proprietário da empresa colonizadora em ter perante a comunidade uma relação muito próxima com a instituição religiosa, buscando o respeito e o reconhecimento de sua autoridade

Esta condução e ação exercida pelos religiosos ratificam que os municípios localizados na microrregião de Nova Andradina-MS, foram sendo construídos com participação dos colonos, tendo na igreja um elemento de direcionamento para a formação espiritual, cultural e social. Criando situações em que a religiosidade não permite a violência ou a contestação social e política, tornando-se artefato de controle. Novamente vale lembrar a possibilidade de ser instituído dentro do poder simbólico um conjunto de ideias que ditava normas de conduta, expressando um modelo de vivência católica a ser seguido, influenciando na forma de ocupação do território e na formação da sociedade.

O poder simbólico exercido pelo religioso, é mediado pela instituição Igreja Católica que coaduna, com a intencionalidade da Empresa Colonizadora. Ditar regras é na maioria das vezes é um risco, a imbricação religião-colonização-pessoas, necessariamente necessita de simbologias para domesticar, cativar e fazer do cidadão uma peça do quebra-cabeça social. Pierre Bourdieu (2012) em seu texto “O Poder simbólico”, notifica que o poder só pode ser apreendido onde não quer ser visto, entendido como submissão. Reflete o autor (BOURDIEU, 2012, p. 7-8):

... é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse

poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.

O apuro da simbologia religiosa merece uma análise, se levarmos em consideração que o religioso é um indivíduo propagador de uma ideologia que normalmente o leigo aceita com facilidade. Não obstante, deveremos cogitar neste trabalho o processo de denominação e localização da microrregião de Nova Andradina-MS, ainda num sentido ambíguo da geografia política e territorial, tentar compreender o que deve ser entendido como microrregião de Nova Andradina-MS. É preciso analisar e investigar quais fatores que determinam esta denominação, ou seja, quais são os agentes e atores sociais que deram forma aos lugares, a região. Para Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 2012, p. 108):

...a região é o que está em jogo como objecto de lutas entre os cientistas, não só os geógrafos é claro, que por terem que ver com o espaço, aspiram ao monopólio da definição legítima, mas também os historiadores, etnólogos e sobretudo desde que existe uma política de “regionalização” e movimentos “regionalistas”, economistas e sociólogos.

Neste sentido, é que buscaremos amparo dentro da Geografia com Ribeiro e Gonçalves (2001) Moraes (2009), na sociologia com Francisco de Oliveira (1977) e Rosa Maria G. Silveira (2009), pois os mesmos nos permitem debater o que pode ser entendido como região, cada um trazendo análises valiosas para discutirmos termos físicos e sociais de poder. Para Ruy Moreira (MOREIRA, 1993, p. 7, apud, RIBEIRO e GONÇALVES, 2001, p. 81), o termo região parte do princípio de “reger, dirigir, governar, expressão de claro matiz militar e estatal”, o que nos permite perguntar: como o político, enquanto representante do Estado define Região? Percebe-se na leitura destes textos mencionados que região é resultado de um processo complexo, na maioria das vezes sendo determinado pelo capital, podendo compreender a geografia política sobrepondo à territorial. Isso porque, de quando em vez entra no termo de regionalidade a produção e geração de capital que a localidade pode trazer. De acordo com Silveira, (SILVEIRA, 2009, p. 52):

...uma “região”, só será plenamente caracterizada se analisada no seu complexo de implicações e relações: na relação com a formação territorial, de que é um “corte” espacial delimitado histórica, portanto dinamicamente, o aspecto básico a ser vislumbrado é o nível de articulação das atividades produtivas da região ao modelo de acumulação dominante, na relação com os demais cortes espaciais, cujas “fronteiras” estão em continuo reajustamento, o aspecto básico é a forma específica de reprodução do capital, portanto, a diferenciação e articulação entre os cortes; e, finalmente, no âmbito interno à

própria região, o aspecto básico é o nível de suas forças produtivas e suas relações de produção.

Para discutirmos região é preciso nos atentar a percepções que a Geografia nos traz e permite questionar. No texto de Lencioni (1999), a autora demonstra que a palavra região torna os pesquisadores da geografia um tanto quanto cativos da dificuldade de diagnosticar ou tratar como um termo homogeneizado a região, carrega análises variadas e que confundem uma representação significativa do termo. Consideremos outra situação em que a palavra região assume de quando em quando uma nota ideológica, de maneira que acaba por servir de “frequência para a construção de mistificações geográficas tornando-se, por isso, um instrumento de manipulação política”. Desta maneira, o que sustentaria por região, está elencado aos interesses políticos, a uma fração de fatores objetivados por um grupo local. Sobretudo, é possível compreender região por meio dos relevantes poderes do capital, “é certo que o termo região decola de territorialidade física”, entretanto é de grande relevância o “conceito implícito a relação acumulação de capital”. Para Oliveira (OLIVEIRA, 1977, p. 27-29):

... privilegia-se aqui um conceito de região que se fundamente na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e portanto, [...] uma região seria, em suma o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital (...) onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição. Tal especificidade é passível de determinação rigorosa, no contexto metodológico e teórico esposado por esta investigação (Grifos meus).

No entanto, acreditamos que além dos aspectos econômicos e sociais é preciso entender como os diferentes agentes se organizam, tramam suas estratégias no processo de ocupação e colonização de uma região. Para Bourdieu (2012, p. 108) “Dá se igualmente demasiada importância ao fenômenos físicos, como se o Estado não interviesse, como se os movimentos de capitais ou as decisões dos grupos não produzissem efeitos”. Contudo, ao contrário do que Bourdieu (2012), trata sobre o Geógrafo, e diz que este tipo de pesquisador, “limita-se frequentemente à análise do espaço; ele olha muito pouco para além das fronteiras políticas ou administrativas da região”, queremos suscitar por meio da Geografia, os questionamentos dentro das análises em que entram em tela nas notas de região, território e poder, ou seja, aprofundando o entendimento de formação da microrregião de Nova Andradina-MS, dentro de suas relações que a conduziram, envolvendo termos físicos,

políticos e de força social, analisando o micro e o geral, pois ambos coadunam para compreensão geográfica do estudo a que nos propomos. Para tanto, Ribeiro e Gonçalves corroboram (RIBEIRO, GONÇALVES, 2001, p. 91):

A região teria, com isso, em termos gerais, a sua configuração determinada pelos processos e relações sociais de produção, perpetuados ao longo da história, assumindo assim estas partes características do movimento geral das formas de produção e reprodução da sociedade, ou seja, da totalidade social reproduzida espacialmente.

A este respeito e para contradizer o que foi dito por Bourdieu (2012), Ribeiro e Gonçalves (2001), retratam que a Geografia tem de fato se preocupado com as dimensões que podem ser tratadas quando falamos de região, saindo apenas da visão física e adentrando as diversas possibilidades de análise. Os geógrafos afirmam (RIBEIRO, GONÇALVES, 2001, p. 91): “Referimo-nos à maior inter-relação atualmente existente, propiciada pela interconexão e interdependência dantes nunca vista, a partir do aparato técnico-científico-informacional, entre as dimensões do lugar e da região, com o ingrediente “novo” da rede”.

Com relação a este tratamento, vale ressaltar que o conceito de região não é eterno, não é uma construção que dura para sempre, mas que muda com o tempo e conforme os estudos realizados, permitindo uma diversificação de discussões, relevante para o trabalho que desejamos realizar.

As relações que abordamos na introdução remetem-se a necessidade do investigador analisar minuciosamente os termos e conceitos a serem estudados. O princípio da colonização não pode ser visto apenas como a chegada de gente de diversas regiões do país, mas sim como um momento crucial da história de vários povos. Quando retratamos o papel da instituição religiosa, caso da Igreja Católica cabe ressaltar, que a instituição Igreja Católica se sustenta e mantém internamente relações com a sociedade. No caso sob exame do processo de formação, ocupação e delimitação da região será tratado de forma, que consigamos compreender a noção política e territorial e os determinantes para a construção da região estudada.

2. OBJETIVOS:

Analisar o processo de formação social e territorial dos municípios da microrregião de Nova Andradina-MS, considerando o papel da Igreja no processo de colonização.

2.1 Objetivos Específicos

- ✓ Compreender o processo de colonização dos municípios considerando o papel político-econômico e os interesses dos colonizadores.
- ✓ Compreender a relação dos colonizadores e a instituição Igreja Católica;
- ✓ Analisar os projetos e ações da instituição Igreja Católica junto à sociedade em formação;
- ✓ Analisar as relações entre os clérigos e a comunidade, que papéis desempenhavam;
- ✓ Entender as mudanças e permanências da instituição Igreja no processo de formação dos municípios da considerada microrregião de Nova Andradina-MS.
- ✓ Analisar o papel dos migrantes e sua relação com a igreja na formação social e territorial da microrregião de Nova Andradina-MS.
- ✓ Compreender o papel da Igreja Católica no processo de emancipação/criação dos municípios da microrregião de Nova Andradina-MS.

3. METODOLOGIA:

A origem deste trabalho está marcada pela ambição de compreender como Estado e Igreja interagem, não apenas no processo de colonização, mas também na configuração de um perfil social, processos mediados pelo poder do Estado e aquilo que pode ser visto como correto ou sagrado. Ressaltamos que esta relação pode de fato ser percebida na formação de diversas cidades brasileiras desde o Brasil Colônia, sendo quase uma obrigatoriedade a presença da Igreja Católica. Neste sentido a presença religiosa foi percebida no cotidiano do povo brasileiro, não apenas no ordenamento religioso, mas também ao lado dos colonizadores, nas palavras de Oliveira (2006): “com o poder de estabelecer a fronteira entre o certo e o errado, o bem e o mal, o sagrado e o profano, o catolicismo tornou-se um divisor de águas na mentalidade dos brasileiros”.

Para o desenvolvimento da pesquisa será realizada também uma ampla revisão bibliográfica, procedimento adotado em busca do aprofundamento na estruturação teórico-metodológica da pesquisa, visando o entendimento e construção do conhecimento científico da temática em questão. As consultas bibliográficas serão realizadas na biblioteca da

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, na biblioteca da Universidade Federal da Grande Dourados e na biblioteca da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, em Dourados-MS, havendo a possibilidade de estender a outras universidades que possuam bibliografias a respeito do assunto; utilizaremos também, publicações em meios digitais, através de CDs, leituras de trabalhos realizados na área, enriquecendo o referencial teórico da pesquisa.

A pesquisa bibliográfica será fonte de trabalhos que nos levem a entender melhor a formação da região em questão e o papel da Igreja neste processo. A propósito e diante das múltiplas possibilidades da pesquisa teremos de reinterpretar o passado, para isso realizaremos entrevistas com pessoas contemporâneas ao processo de colonização da microrregião de Nova Andradina-MS. Pollak (1992), em seu texto “Memória e Identidade Social” condensa a atuação das fontes orais, as pontuações em que divergem entre o individual e o coletivo. Para Pollak (POLLAK, 1992 p. 4-5):

A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado [...] Se podemos dizer que, em todos os níveis a memória é um fenômeno construído social e individualmente [...] podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade.

Há que se vivenciar na idéia da construção de uma história coletiva, o momento em que a comunidade estava vivenciando, é preciso buscar nexos de verdade, para não haver uma distorção do passado, lembrando, pois que por meio das fontes orais deve-se ter a percepção de o passado viver uma constante transformação, basta observarmos o antagonismo presente na vida e na fala daqueles presentes ao fato, ou mesmo outros que receberam informações de seus ascendentes.

Então podemos perceber que a formação social e territorial dos municípios da microrregião de Nova Andradina-MS, pode ser escrita de diversas maneiras, utilizando-se de diversos pontos de vista. Essa diversidade será determinada pelo referencial teórico que estamos adotando. O referencial teórico demonstrará os interesses, os objetivos, expondo as hipóteses de trabalho, contribuindo não por declarar uma verdade absoluta, mas sim uma compreensão das relações que aos poucos foram moldando sociedade e o território.

As fontes sobre a formação social e territorial dos municípios da microrregião de Nova Andradina-MS, também devem abranger documentos sobre a criação dos municípios. Neste sentido, uma fonte interessante, é o Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, levando

em consideração o período base do início da pesquisa as localidades em que os primeiros religiosos chegavam. É importante esclarecer que os Livros Tombo, das Paróquias dos municípios da microrregião de Nova Andradina-MS, são também fontes de dados importantes, haja vista nestes livros constam escritos relevantes para compreensão de todo o processo. A pesquisa por meio dos Livros Tombo das paróquias nos remeterá a informações interessantes a respeito da comunidade local, o papel da igreja e a política daquele momento.

Entre nossas possíveis fontes de dados está também o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), onde buscaremos dentre outras informações os dados relativos a evolução demográfica dos municípios em questão, considerando o período a ser estudado. Todos os dados serão analisados, sistematizados, quantificados e representados em forma de textos, gráficos, tabelas e mapas.

Para a atuação com fontes escritas referencia relevante torna-se, Ciro Flamarion Cardoso (2004) em que o mesmo pincela os métodos adequados para análise e organização do texto a ser escrito, e o novo autor deverá escolher um tema preciso, e produzindo o trabalho, possa conduzir ao leitor uma compreensão dos fatos e a possibilidade de novas leituras sobre a mesma documentação.

As fotografias do período em questão deverão ser fonte importante de informações para a pesquisa. Sabermos que os fatos registrados nas fotografias nem sempre apontarão para a totalidade do processo de construção, da formação dos municípios em questão. No entanto, serão elementos importantes para o entendimento de todo os processos de colonização da região. De acordo com Boris Kossoy (KOSSOY, 1998, p. 42):

Quem trabalha com a reconstituição histórica por meio da fotografia deve buscar recuperar mecanismos internos que regeram a produção das imagens que são objetos de seu estudo. [...] em função disso, sua interpretação é elaborada em conformidade com seu repertório cultural, seus conhecimentos, suas concepções ideológico-estéticas, suas convicções morais, éticas, religiosas, interesses pessoais, profissionais, seus mitos. Não existem por princípio, interpretações neutras.

A fotografia deverá ser um objeto da investigação, por vezes lenta e com métodos entornados do particular ao geral, no detalhe e no conjunto, através da mesma esclarecer os pontos herméticos, estabelecendo os fatos e idéias gerais de provas e verificação. Para a dimensão do que escrevemos Walter Benjamin (1994), destaca em seu texto “Magia e Técnica, Arte e Política: ensaio sobre literatura e história da cultura”. O pesquisador não estará neutro e como escreve Benjamin (BENJAMIN, 1994, p. 224):

Articular o passado historicamente não significa conhecê-lo, “tal como ele propriamente foi”. Significa apoderar-se de uma lembrança tal qual ela cintilou no instante de um perigo [...]. O perigo ameaça, tanto o conteúdo dado da tradição como aqueles que a recebem. Para ambos é um só o mesmo perigo: deixar-se transformar em instrumento da classe dominante. [...] ora, dominantes do momento são os herdeiros de todos aqueles que uma vez venceram.

Assim acreditamos que o pesquisador deve refletir sobre a natureza do seu comprometimento, seja com o tempo, seja com uma ótica de classe. Desta forma, não tomaremos nenhuma bandeira, nenhum procedimento dogmático, buscando sim um ponto de vista estritamente científico. É assim a pesquisa que nos propomos realizar, imparcial e científica, obviamente considerando as dificuldades de não se deixar influenciar por questões de ordem política ideológica.

Por fim, destacamos que para entender nosso objeto de pesquisa é preciso integrar os métodos e conhecimentos da Geografia e da História num esquema teórico e metodológico que utilize efetivamente ambas as áreas de conhecimento. Portanto, é preciso definir a configuração científica, as ferramentas epistemológicas, conceituais, metodológicas e tecnológicas. Nesse sentido, é preciso desenvolver estudos dentro do contexto econômico e social predominante ao longo da história de ocupação desse território e, sobretudo, termos em consideração as “sucessivas sociedades” e suas relações com o meio.

4. RELEVÂNCIA E VIABILIDADE DA PESQUISA:

A pesquisa a ser realizada é aprofundamento de um projeto de pesquisa inicial, que resultou em um Trabalho de Conclusão de Curso e procurou compreender alguns elementos do papel que a instituição Igreja Católica desempenhou no período de formação social e territorial de Nova Andradina-MS (1958-1972). O resultado desse primeiro passo foram mais dúvidas que certezas, trazendo novas questões que nos movem na direção deste novo projeto. Assuntos como a influência desempenhada na política de colonização, a atuação do agente religioso no cotidiano do povo, destacando a atuação da esfera religiosa e/ou esfera laica, continuam ainda nos incomodando, contudo, vale ressaltar que nossas dúvidas se ampliarão com a geografia histórica que pretendemos estudar,

A importância deste trabalho está em compreender os fatos, os acontecimentos que envolvem a chegada da Igreja Católica e a formação da sociedade e dos municípios que compõem a microrregião de Nova Andradina-MS, considerando a princípio a atuação dos religiosos como elemento importante para essa formação, já que atuaram em diferentes

frentes. Não obstante, deveremos aqui trabalhar a política do Estado brasileiro, no período em que havia o interesse pela Marcha para Oeste.

Deveremos abordar questões relacionadas aos diversos setores de atuação da Instituição religiosa e de seus membros, posto que estiveram presentes na prestação dos serviços de saúde, com o trabalho das irmãs Vicentinas, administradoras da Santa Casa de Misericórdia de Nova Andradina-MS, na educação, atuando com Padres desenvolvendo trabalhos para a formação de escolas com ensino de segundo grau e magistério. A pesquisa permitirá ter maior conhecimento desse processo, sendo que seu resultado poderá levar a comunidade da microrregião de Nova Andradina-MS a conhecer melhor a sua própria formação histórica e geográfica. A participação da Igreja Católica como assistente no meio social em formação, certamente corresponde ao sentido de junção Estado e instituição religiosa. Para Inez Amaral (AMARAL, 2006, p. 46): “No intuito de compreender o cotidiano e a vida social da população do sul de Mato Grosso, a Igreja Católica esforçou-se no seu projeto expansionista. Preocupou-se em construir igrejas, escolas, centros de assistência médica e um trabalho assistencialista”.

A partir da idéia da condução do leigo, torna-se importante conhecer quais caminhos foram trilhados pela Igreja, não menos importante, quais os “desvios” construídos no processo histórico. Desta maneira, queremos identificar o nível do trabalho participativo que a instituição Igreja Católica exerceu sobre as pessoas da cidade em formação, analisando tal presença na educação, na cultura, lembrando do trabalho paternalista e assistencialista.

Não é nosso interesse fazer da instituição religiosa e dos religiosos, a parte perfeita da sociedade do Vale do Ivinhema-MS, mas entender o papel exercido pelos mesmos, contextualizar os motivos da igreja atuar em prol do colonizador. Vale ressaltar que os primeiros religiosos que chegaram na região do Vale do Ivinhema-MS recebiam os favores dos proprietários das empresas colonizadoras e das famílias de melhores condições sociais. Neste sentido, Ponciano (2006), discute em seu trabalho a força da instituição, Igreja Católica, no processo de colonização.

A análise feita por Ponciano (2006) nos estimula ainda mais a realização desta pesquisa, o que poderá nos levar a outras questões permitindo melhor entender a formação territorial e social do Vale do Ivinhema-MS.

5. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Ano: 2013												
AÇÕES/ETAPAS												
Levantamento Bibliográfico												
Reunião com Orientador												
Pesquisa com Fontes (Livros Tombo, Diário Oficial, Arquivos Municipais)												
Levantamento de Arquivos Fotográfico												
Realização de Entrevistas												
Ano: 2014												
AÇÕES/ETAPAS												
Reunião com Orientador												
Pesquisa com Fontes (Livros Tombo, Diário Oficial, Arquivos Municipais)												
Realização de Entrevistas												
Entrega de Qualificação												
Ano: 2015												
Defesa da Dissertação												

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AMARAL FILHO, Jair do. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. In: Revista Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 14, p. 35-73, dez. de 1996.
- AMARAL, Inez Maria Bitencourt do. Entre Rupturas e Permanências: A Igreja Católica na Região de Dourados-MS (1943-1971). Dissertação de Mestrado, defendida no ano de 2006 – UFGD.
- ARROYO, Maria Mónica. Dinâmica territorial, circulação e cidades médias. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). Cidades médias: produção do espaço urbano regional. São Paulo: Expressão Popular, p. 71-85.
- BORELLI, Silvia H.S. Memória e temporalidade: diálogo entre Walter Benjamin e Henri Bergson. Margem. São Paulo: EDUC, n.1, p. 79-90, mar., 1992.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Trad. Fernando Tomaz (Tradução Português de Portugal) – 16ª. ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- CAMPESTRINI, Hildebrando; GUIMARÃES, Acyr Vaz. História de Mato Grosso do Sul. 2. ed. Campo Grande: Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul, 1991.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. Metodologia da Pesquisa. Minicurso do Centro de Estudos Interdisciplinares da Antiguidade – outubro-novembro, 2004.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. Uma introdução à história. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- DALLABRIDA, Valdir Roque; SIEDENBERG, Dieter Rugard; FERNÁNDEZ, Victor Ramiro. Desenvolvimento a partir da perspectiva territorial. Desenvolvimento em questão, Ijuí, n. 04, p. 33-62, jul/dez., 2004.
- FLEURY, Sabino Fortes, “Emancipação de municípios: um exame de indicadores”, In: Revista do Legislativo n.º 37, julho/dezembro de 2003.

- GUILLEN, Isabel Cristina Martins. O imaginário do Sertão. Lutas e Resistências ao Domínio da Companhia Matte Larangeira. Mato Grosso, 1890-1945. Campinas, IFCH/Unicamp (Dissertação de mestrado), 1991.
- GUILLEN, Isabel Cristina Martins. A luta pela terra nos sertões de Mato Grosso. *Estudos Sociedade e Agricultura* 12, abril 1999: 148-168
- HAESBAERT, Rogério. Regional - Global. Dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Editora Centauro, 2004.
- HOONAERT, Eduardo. A Formação do Catolicismo Brasileiro: 1550-1800. Petrópolis: Editoras Vozes, 1974.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA online. DADOS DEMOGRÁFICOS dos municípios brasileiros. Apresenta informações censitárias dos municípios brasileiros. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br/>>
- KOSSOY, Boris. Fotografia e memória: reconstituição por meio da fotografia. In: Etienne (organizador). O fotográfico. São Paulo: Hucitec/CNPq, 1998.
- LEITE, J.F. A ocupação do Pontal do Paranapanema. Presidente Prudente, 1981. (Tese de Livre docência) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. 1981.
- LENCIONI, Sandra. Região e Geografia. São Paulo, EDUSP, 1999.
- LENHARO, Alcir. Corpo e Alma: As sombrias mutações do poder (1930-1940). São Paulo: 1985. Tese de doutorado defendida na FFLCH/ USP.
- MAINWARRING, Scott. Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985). Trad. Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- MENDONÇA, Francisco de Assis; LOWEN-SAHR, Cicilian Luiza; SILVA, Márcia (orgs.). Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: ADEMADAN, 2009.
- MENEZES, Ana Paula. “Marcha para Oeste e o antigo sul de Mato Grosso: a exploração da madeira na Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND (1950-1970)”. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia, História e História da Geografia. Revista Terra Brasília, Rio de Janeiro - AGB, v. 2, p. 127-135, 2000.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica. 1ª. ed. São Paulo: Annablume, 2009. v. 1. 152p .
- MOREIRA, Ruy. O Círculo e a aspiral: a crise paradigmática do mundo moderno. Rio de Janeiro: Coautor (Cooperativa do Autor), 1993.
- NICHOLLS, W.H. A fronteira agrícola na história recente do Brasil: o estado do Paraná, 1920-65. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, n. 26, p. 19-53 , 1971.
- OLIVEIRA, Elza Regis de. Teoria. História e Memória. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2011.
- OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião:SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes. 3ª. Edição. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981.
- POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.
- PONCIANO, Nilton Paulo. “O Papel da Religião no cotidiano de uma Cidade em Formação: Um Olhar sobre a Presença da Igreja Católica em Fátima do Sul/MS (1943-1965)”. Prof. Dr. em História pela UNESP – Assis, 2006.
- PONCIANO, Nilton Paulo. Fronteira, Religião, Cidade: O Papel da Igreja na Organização Sócio-Espacial de Fátima do Sul/(1943 - 1965)”. Tese de Doutorado pela UNESP – Assis, 2006.
- RATTNER, H. Planejamento urbano e regional. 2.ed. São Paulo: Nacional, 1978.

- RIBEIRO, Julio César. GONÇALVES, Marcelino de Andrade. Região uma busca conceitual pelo viés da contextualização histórico-espacial da sociedade. Paradigmas da Geografia – Terra Livre. São Paulo, n.º. 17, p. 182. 2.º. Semestre/2001.
- SANTOS, Milton. Espaço e Método. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, ano 1, n.1, p. 15-26, jan. /abr. 1986.
- SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993. 142 p.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de;
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo - razão e emoção. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SILVEIRA, M. L. (Org.). Território, globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SILVEIRA, Carlos Bernardes. Política e Legislação: Um Estudo de Caso sobre o Território Federal de Ponta Porã (1934-1946). Monografia Apresentada ao Programa de Pós-Graduação Latu Sensu em História Social, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – CPTL – 2012.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WITAKER, Artur Magnon (org.). Cidade e campo – relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- TAVARES, Hermes Magalhães. Políticas de desenvolvimento regional nos países do “centro” e no Brasil. In: Planejamento e Território, ensaios sobre a desigualdade. Cadernos IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, ano XV, n. 02, Ago-Dez 2001, ano XVI, n. 01, Jan-Jul 2002, p. 229-48.
- VASQUES, A.C.B. A evolução da ocupação das terras do Município de Teodoro Sampaio - SP. 1973. 246 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, USP – SÃO PAULO, 1983.
- VILARINHO NETO, Cornélio Silvano. Metropolização Regional – Formação e Consolidação da Rede Urbana do Estado de Mato Grosso. EdUFMT. Cuiabá. 2009.
- ZIZEK, Slavo (Org.). Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro, Contraponto: 1996.